

ESTADO DO PARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DA VEREADORA ELIENE SOARES



Que o Senhor contínue nos abençoando!

PROJETO DE LEI Nº 049/2023

INSTITUI O PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL PARA COMUNIDADE ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PARAUAPEBAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Saúde Mental para as escolas públicas municipais de Parauapebas.

Parágrafo único. Consideram-se integrantes da comunidade escolar:

- I bebês, crianças, jovens e adultos devidamente matriculados na rede municipal de educação;
 - II professores;
 - III equipe gestora;
 - IV profissionais que atuam na escola; e
 - V pais, mães e responsáveis pelos estudantes matriculados na unidade escolar.
- **Art. 2º** O Programa de Saúde Mental a ser desenvolvido nas unidades de ensino públicas municipais tem como objetivo:
 - I promover a saúde mental na comunidade escolar;
 - II intermediar o atendimento psicossocial junto à rede pública de saúde local;
- III assegurar a intersetorialidade entre serviços educacionais, de saúde e de assistência social para a garantia da atenção psicossocial;
- IV informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância e o cuidado psicossociais na comunidade escolar; e
- V ofertar atendimento, ações e palestras voltados à eliminação da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- **Art. 3º** Os atendimentos que vierem a ser prestados no âmbito do programa de que trata esta Lei deverão envolver a criança ou adolescente, a família, a comunidade, a escola, a rede social e os serviços de saúde, e serão executados por equipe multidisciplinar pertencente aos quadros do Poder Público municipal.

Parágrafo único. Os atendimentos clínicos e psicológicos serão realizados nos equipamentos de saúde que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), de forma presencial ou virtual.

- Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.
- **Art.** 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO PARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DA VEREADORA ELIENE SOARES



Que o Senhor contínue nos abençoando!

Parauapebas (PA), 10 de abril de 2023.

JUSTIFICATIVA

Senhor presidente e nobres vereadores,

A saúde mental é multifatorial e envolve aspectos ambientais, biológicos, sociais, econômicos, entre outros. Com o isolamento social nos meses mais duros da pandemia do coronavírus, que culminou com o fechamento de estabelecimentos de ensino entre 2020 e 2021, a comunidade escolar se viu prejudicada como nunca antes, e de forma desigual, visto que o prejuízo afetou de forma mais severa quem já estava em desvantagem econômica e social antes da pandemia.

O isolamento social derivado da pandemia trouxe à tona uma situação já conhecida, mas que ganhou destaque no pós-covid: a saúde mental. Hoje, por razões diversas que estão além do coronavírus, é comum encontrarmos estudantes e profissionais da educação que enfrentam sentimentos de solidão e incertezas, o que incentiva os problemas na saúde mental.

E não são casos raros ou isolados, tendo em vista contarmos atualmente com 3.400 servidores em nossas escolas, mil trabalhadores terceirizados e 50 mil alunos. Conforme dados da Organização Municipal de Saúde (OMS), entre 10% e 20% das crianças e dos adolescentes brasileiros apresentam algum tipo de transtorno mental e comportamental que afeta o desempenho escolar, incluindo-se nisso o impacto sobre o rendimento, que cai, a evasão escolar e o envolvimento com problemas legais.

Por isso, o Projeto de Lei em comento busca instituir o Programa de Saúde Mental nas unidades de ensino da rede pública municipal, a fim de prevenir transtornos mentais na comunidade escolar, proposta que tende a favorecer o olhar sistêmico a crianças, adolescentes, jovens, profissionais da educação, pais e responsáveis, estimulando o entendimento da real importância de estar com a saúde mental em dia, numa perspectiva de integração com os serviços de saúde por equipe multidisciplinar.

Dada a importância do projeto e seu alcance direto, de até 55 mil pessoas dentro das escolas, sem contar pais e responsáveis, e considerando que esta matéria não cria despesas a ponto de inviabilizar a execução desta Lei, peço apoio aos nobres colegas deste respeitável Parlamento a fim de que atuemos em conjunto para minimizar os impactos e efeitos deletérios de doenças que prejudicam a saúde mental no ambiente escolar.

Eliene Soares de Sousa Vereadora (MDB)

Sala das Sessões, 10 de abril de 2023.